

Quarta-feira, 12 de Março de 2008 - Estrasburgo

O papel da União Europeia no Iraque (debate)

Ana Maria Gomes, relatora . – Senhora Presidente, no momento em que o Parlamento vai votar um relatório sobre o papel da União Europeia no Iraque é importante atentar nalgumas lições aprendidas com a história deste país. No próximo dia 16 de Março assinalar-se-ão vinte anos do ataque com armas químicas à cidade curda de Halabja, uma das operações mais mortíferas da campanha genocida de Anfal conduzidas pelas forças de Saddam Hussein contra o seu próprio povo. Halabja não foi caso único. Houve muitas Halabjas por todo o Iraque. Durante décadas o regime de Saddam Hussein, perante a passividade e por vezes a conivência dos governos europeus, submeteu o povo iraquiano a uma estratégia de brutalização sistemática cujas arrasadoras consequências ainda hoje se sentem. É por isso que eu, como relatora, quis que o axioma fundamental deste relatório fosse a responsabilidade moral e legal da Europa perante o povo iraquiano. Nenhum povo sofreu mais nas últimas décadas e poucos países são estrategicamente mais importantes para a segurança na Europa.

Além dos deveres, a Europa precisa de assumir que tem interesse na consolidação de um Iraque federal, democrático, onde "the rule of law" prevaleça e onde os direitos humanos sejam respeitados, incluindo os direitos das mulheres. Em 2003, o meu partido, o PS português, e eu pessoalmente, fomos contra a decisão de invadir o Iraque apoiada pelo então Primeiro-Ministro do meu país, Senhor Durão Barroso. Mantenho essa posição. Mas este relatório não deve servir para reiterar as nossas conhecidas posições numa questão que dividiu a Europa no passado. Este Parlamento é chamado, isso sim, a pronunciar-se sobre o presente e o futuro da contribuição da União Europeia para um Iraque seguro, próspero, democrático e em paz com os seus vizinhos.

Foi nesta perspectiva que eu fiz duas viagens ao Iraque em Janeiro e Fevereiro, em preparação deste relatório. Uma a Bagdad, Nassíria e à região dos Marshlands e outra ao Curdistão, no norte do país. Com um orçamento de 48 mil milhões de dólares para 2008, o que não falta ao Iraque é dinheiro. Não é preciso apoio orçamental nem "soft loans". O que o Iraque precisa e o que os iraquianos pedem é assistência técnica e capacitação institucional para que o Estado e a sociedade civil funcionem e os vastos recursos do país sejam postos ao serviço da população, incluindo milhões de deslocados internos e refugiados em países vizinhos.

Quarta-feira, 12 de Março de 2008 - Estrasburgo

Este relatório não se limita a incentivar o maior envolvimento da UE no Iraque. Exigimos também que a presença da União no Iraque se pautar pela transparência, pela visibilidade e pela eficácia, e o Parlamento observa com agrado a crescente preocupação da Comissão em aperfeiçoar a utilização dos fundos europeus no Iraque num contexto tremendamente difícil. Nesse sentido achamos que a Comissão e os Estados-Membros podem e devem estar mais presentes no terreno, com pessoal e projectos, especialmente naquelas áreas do país onde a situação de segurança o permite, como é o caso da região curda. Por outro lado, exigimos regulação no que respeita às contratações de empresas militares e de segurança privada. Sublinho que, neste relatório, o Parlamento Europeu exige, pela primeira vez, a criação de regras claras para a utilização destas empresas por parte das Instituições da União Europeia.

A mensagem principal deste relatório, que é importante fazer chegar à Comissão, ao Conselho, às empresas europeias, às organizações não governamentais e opiniões públicas, é a seguinte: a Europa tem hoje uma oportunidade única de contribuir positivamente para o destino do Iraque e, por consequência, da região. A interacção com a Comissão ao longo da preparação deste relatório e o consenso com que o relatório foi recebido na Comissão dos Assuntos Externos deste Parlamento convencem-me de que a Europa está preparada para aceitar este desafio. Termina com um agradecimento pessoal a todos os colegas que ofereceram emendas e sugestões e em especial aos relatores-sombra, Jana Hybášková, Baroness Nicholson of Winterbourne, André Brie e Cem Özdemir pelas suas contribuições que muito enriqueceram este relatório.